

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	4
Demonstração do Resultado Abrangente	5
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	6

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	7
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	8
Demonstração de Valor Adicionado	9

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
Balanço Patrimonial Passivo	11
Demonstração do Resultado	12
Demonstração do Resultado Abrangente	13
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	14

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013	15
DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012	16
Demonstração de Valor Adicionado	17

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	18
---	----

Notas Explicativas	21
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	45
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	47
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	48

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Último Exercício Social 31/12/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	250
Preferenciais	790
Total	1.040
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	1.359.555	1.368.127
1.01	Ativo Circulante	556.276	692.855
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	44	71.487
1.01.02	Aplicações Financeiras	546.901	617.663
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	546.901	617.663
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	546.901	617.663
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.954	3.062
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.954	3.062
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	377	643
1.01.08.03	Outros	377	643
1.02	Ativo Não Circulante	803.279	675.272
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	23.434	27.505
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	23.434	27.505
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	23.434	27.505
1.02.02	Investimentos	34.738	75.130
1.02.02.01	Participações Societárias	34.738	75.130
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	34.738	75.130
1.02.03	Imobilizado	5.329	3.061
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	5.329	3.061
1.02.04	Intangível	739.778	569.576
1.02.04.01	Intangíveis	739.778	569.576

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	1.359.555	1.368.127
2.01	Passivo Circulante	9.259	12.909
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.429	2.436
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.429	2.436
2.01.01.02.01	Salários e Encargos Sociais	2.069	1.882
2.01.01.02.02	Outros	360	554
2.01.02	Fornecedores	5.378	9.270
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.016	9.219
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	362	51
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.346	1.203
2.01.06	Provisões	106	0
2.01.06.02	Outras Provisões	106	0
2.01.06.02.04	Provisão para Passivo a Descoberto	106	0
2.03	Patrimônio Líquido	1.350.296	1.355.218
2.03.01	Capital Social Realizado	1.381.666	1.381.666
2.03.02	Reservas de Capital	17.137	8.239
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	1	1
2.03.02.07	Reserva para Pagamento Baseado em Ações	17.136	8.238
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-48.507	-34.687

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-60.923	-53.517
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-59.887	-53.079
3.04.02.01	Despesas com Serviços Prestados por Terceiros	-17.030	-17.695
3.04.02.03	Outras	-8.827	-6.836
3.04.02.04	Despesas com Pessoal	-33.652	-28.159
3.04.02.05	Despesas Tributárias	-378	-389
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-106	-9
3.04.05.01	Provisão para Passivo a Descoberto	-106	-9
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-930	-429
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-60.923	-53.517
3.06	Resultado Financeiro	47.103	18.894
3.06.01	Receitas Financeiras	47.303	19.035
3.06.02	Despesas Financeiras	-200	-141
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.820	-34.623
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.820	-34.623
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-13.820	-34.623
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	13,29	-41,18
3.99.01.02	PN	13,29	-41,18
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	13,29	-41,18
3.99.02.02	PN	13,29	-41,18

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-13.820	-34.623
4.03	Resultado Abrangente do Período	-13.820	-34.623

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-56.626	-33.725
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-13.820	-34.623
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-13.820	-34.623
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.346	-861
6.01.02.01	Fornecedores	460	511
6.01.02.02	Obrigações Tributárias	-393	660
6.01.02.04	Outros Ativos	266	-495
6.01.02.05	Outros Passivos	-326	32
6.01.02.06	Obrigações Trabalhistas	-1.461	1.061
6.01.02.07	Impostos a Recuperar	-5.892	-2.630
6.01.03	Outros	-35.460	1.759
6.01.03.01	Depreciação e Amortização	753	345
6.01.03.02	Opção de Compra de Ações	8.898	7.299
6.01.03.03	Resultado de Equivalência Patrimonial	930	429
6.01.03.04	Provisão para Passivo a Descoberto	106	9
6.01.03.05	Receita de Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários	-46.147	-6.323
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-12.670	-684.801
6.02.01	Aquisições de Imobilizado	-2.770	-366
6.02.02	Investimentos em Sociedades Controladas	-33.163	-52.619
6.02.03	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	4.071	-18.564
6.02.05	Adições do Intangível	-97.717	-1.912
6.02.06	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	-1.250	-611.340
6.02.07	Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	118.159	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.147	597.107
6.03.02	Aumentos de Capital	0	611.340
6.03.03	Custo de Transação	-2.147	-14.233
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-71.443	-121.419
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	71.487	192.906
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	44	71.487

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.381.666	8.239	0	-34.687	0	1.355.218
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.381.666	8.239	0	-34.687	0	1.355.218
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.820	0	-13.820
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.820	0	-13.820
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	8.898	0	0	0	8.898
5.06.06	Opção de Compra de Ações	0	8.898	0	0	0	8.898
5.07	Saldos Finais	1.381.666	17.137	0	-48.507	0	1.350.296

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	SalDOS Iniciais	786.706	940	0	-64	0	787.582
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	SalDOS Iniciais Ajustados	786.706	940	0	-64	0	787.582
5.04	Transações de Capital com os Sócios	594.960	0	0	0	0	594.960
5.04.01	Aumentos de Capital	594.960	0	0	0	0	594.960
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.623	0	-34.623
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.623	0	-34.623
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.299	0	0	0	7.299
5.06.04	Opção de Compra de Ações	0	7.299	0	0	0	7.299
5.07	SalDOS Finais	1.381.666	8.239	0	-34.687	0	1.355.218

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.030	-17.695
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.030	-17.695
7.03	Valor Adicionado Bruto	-17.030	-17.695
7.04	Retenções	-753	-345
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-753	-345
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-17.783	-18.040
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	46.267	18.597
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-930	-429
7.06.02	Receitas Financeiras	47.303	19.035
7.06.03	Outros	-106	-9
7.06.03.02	Provisão para Passivo a Descoberto	-106	-9
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	28.484	557
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	28.484	557
7.08.01	Pessoal	29.515	24.357
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.041	17.772
7.08.01.02	Benefícios	1.812	1.026
7.08.01.03	F.G.T.S.	859	829
7.08.01.04	Outros	6.803	4.730
7.08.01.04.01	Honorários da Administração	6.803	4.730
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.402	3.967
7.08.02.01	Federais	4.137	3.802
7.08.02.03	Municipais	265	165
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.387	6.856
7.08.03.03	Outras	8.387	6.856
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	200	141
7.08.03.03.02	Gerais e Administrativas	8.074	6.491
7.08.03.03.03	Obrigações Intra-Setoriais	113	224
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.820	-34.623
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.820	-34.623

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
1	Ativo Total	1.360.408	1.368.937
1.01	Ativo Circulante	556.369	692.867
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	44	71.487
1.01.02	Aplicações Financeiras	546.901	617.663
1.01.02.02	Aplicações Financeiras Avaliadas ao Custo Amortizado	546.901	617.663
1.01.02.02.01	Títulos Mantidos até o Vencimento	546.901	617.663
1.01.06	Tributos a Recuperar	8.954	3.062
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	8.954	3.062
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	470	655
1.01.08.03	Outros	470	655
1.02	Ativo Não Circulante	804.039	676.070
1.02.03	Imobilizado	64.261	37.967
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	64.261	37.967
1.02.04	Intangível	739.778	638.103
1.02.04.01	Intangíveis	739.778	638.103

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2013	Penúltimo Exercício 31/12/2012
2	Passivo Total	1.360.408	1.368.937
2.01	Passivo Circulante	10.112	13.719
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	2.429	2.436
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	2.429	2.436
2.01.01.02.01	Salário e Encargos Sociais	2.069	1.882
2.01.01.02.02	Outros	360	554
2.01.02	Fornecedores	6.120	9.861
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	5.758	9.810
2.01.02.02	Fornecedores Estrangeiros	362	51
2.01.03	Obrigações Fiscais	1.563	1.422
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	1.350.296	1.355.218
2.03.01	Capital Social Realizado	1.381.666	1.381.666
2.03.02	Reservas de Capital	17.137	8.239
2.03.02.03	Alienação de Bônus de Subscrição	1	1
2.03.02.07	Reserva para Pagamento Baseado em Ações	17.136	8.238
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-48.507	-34.687

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-60.913	-53.507
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-60.913	-53.507
3.04.02.01	Despesas com Serviços Prestados por Terceiros	-17.837	-18.026
3.04.02.02	Despesas com Pessoal	-33.652	-28.159
3.04.02.03	Despesas Tributárias	-401	-411
3.04.02.04	Outras	-9.023	-6.911
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-60.913	-53.507
3.06	Resultado Financeiro	47.093	18.884
3.06.01	Receitas Financeiras	47.303	19.035
3.06.02	Despesas Financeiras	-210	-151
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-13.820	-34.623
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-13.820	-34.623
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-13.820	-34.623
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-13.820	-34.623
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	13,29	-41,18
3.99.01.02	PN	13,29	-41,18
3.99.02	Lucro Diluído por Ação		
3.99.02.01	ON	13,29	-41,18
3.99.02.02	PN	13,29	-41,18

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-13.820	-34.623
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-13.820	-34.623
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-13.820	-34.623

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	-57.579	-34.182
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	-13.820	-34.623
6.01.01.01	Prejuízo antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social	-13.820	-34.623
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-7.272	-880
6.01.02.02	Fornecedores	535	533
6.01.02.03	Obrigações Tributárias	-607	631
6.01.02.05	Outros Ativos	185	-507
6.01.02.06	Outros Passivos	-32	32
6.01.02.07	Obrigações Trabalhistas	-1.461	1.061
6.01.02.08	Impostos a Recuperar	-5.892	-2.630
6.01.03	Outros	-36.487	1.321
6.01.03.01	Depreciação e Amortização	762	345
6.01.03.02	Opção de Compra de Ações	8.898	7.299
6.01.03.05	Receita de Aplicação em Títulos e Valores Mobiliários	-46.147	-6.323
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-11.717	-684.344
6.02.01	Aquisições de Imobilizados	-26.321	-30.550
6.02.05	Adições ao intangível	-102.305	-42.454
6.02.06	Aquisição de Títulos e Valores Mobiliários	-1.250	-611.340
6.02.07	Resgate de Títulos e Valores Mobiliários	118.159	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-2.147	597.107
6.03.02	Aumentos de Capital	0	611.340
6.03.03	Custo de Transação	-2.147	-14.233
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-71.443	-121.419
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	71.487	192.906
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	44	71.487

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 31/12/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	1.381.666	8.239	0	-34.687	0	1.355.218	0	1.355.218
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.381.666	8.239	0	-34.687	0	1.355.218	0	1.355.218
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-13.820	0	-13.820	0	-13.820
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-13.820	0	-13.820	0	-13.820
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	8.898	0	0	0	8.898	0	8.898
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	8.898	0	0	0	8.898	0	8.898
5.07	Saldos Finais	1.381.666	17.137	0	-48.507	0	1.350.296	0	1.350.296

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 31/12/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	786.706	940	0	-64	0	787.582	0	787.582
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	786.706	940	0	-64	0	787.582	0	787.582
5.04	Transações de Capital com os Sócios	594.960	0	0	0	0	594.960	0	594.960
5.04.01	Aumentos de Capital	594.960	0	0	0	0	594.960	0	594.960
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-34.623	0	-34.623	0	-34.623
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-34.623	0	-34.623	0	-34.623
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	7.299	0	0	0	7.299	0	7.299
5.06.04	Opção de compra de Ações	0	7.299	0	0	0	7.299	0	7.299
5.07	Saldos Finais	1.381.666	8.239	0	-34.687	0	1.355.218	0	1.355.218

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2013 à 31/12/2013	Penúltimo Exercício 01/01/2012 à 31/12/2012
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-17.837	-18.026
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-17.837	-18.026
7.03	Valor Adicionado Bruto	-17.837	-18.026
7.04	Retenções	-762	-345
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-762	-345
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-18.599	-18.371
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	47.303	19.035
7.06.02	Receitas Financeiras	47.303	19.035
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	28.704	664
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	28.704	664
7.08.01	Pessoal	29.515	24.357
7.08.01.01	Remuneração Direta	20.041	17.772
7.08.01.02	Benefícios	1.812	1.026
7.08.01.03	F.G.T.S.	859	829
7.08.01.04	Outros	6.803	4.730
7.08.01.04.01	Honorários da Administração	6.803	4.730
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	4.425	3.989
7.08.02.01	Federais	4.137	3.802
7.08.02.03	Municipais	288	187
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	8.584	6.941
7.08.03.03	Outras	8.584	6.941
7.08.03.03.01	Despesas Financeiras	210	151
7.08.03.03.02	Gerais e Administrativas	8.261	6.566
7.08.03.03.03	Obrigações Intra-Setoriais	113	224
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-13.820	-34.623
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-13.820	-34.623

 Relatório da Administração/Comentário do Desempenho**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Senhores Acionistas,

A Administração da Manabi S.A. (“Manabi” ou “Companhia”), em atendimento às disposições legais e estatutárias, submete à apreciação dos Senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, acompanhados do Relatório dos Auditores Independentes, todos referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

1. Mensagem da Administração

No ano de 2013 a Manabi avançou no desenvolvimento do projeto minerário Morro do Pilar (“Projeto Morro do Pilar”), com recursos de minério de ferro situados em região entre o Quadrilátero Ferrífero e a Serra da Serpentina, Estado de Minas Gerais, do projeto logístico de escoamento da produção através de um mineroduto e do projeto portuário Porto Norte Capixaba.

Ao longo do ano de 2013, a Companhia continuou evoluindo na sua campanha de exploração minerária em Morro do Pilar e perfurou aproximadamente 40.000 metros lineares que adicionados aos quase 60.000 metros perfurados entre 2011 e 2012, substanciaram um Relatório Técnico realizado pela SRK Consulting (“Relatório Técnico SRK” ou “SRK TR”).

O SRK TR emitido em 24 de fevereiro de 2014 contém uma análise técnica e revisão do trabalho de engenharia feito para cada componente-chave do Projeto Morro do Pilar, incluindo planta de beneficiamento, mineroduto, planta de filtragem e terminal portuário, bem como uma declaração atualizada de recursos conforme Diretrizes CIM (*National Instrument* 43-101) certificando 1,33 bilhão de toneladas de recursos medidos e indicados (M&I) e 312 milhões de toneladas de recursos inferidos na área de pesquisa do Projeto Morro do Pilar.

O Relatório Técnico também confirma os dados de metalurgia do Projeto Morro do Pilar, com 80% de recuperação metalúrgica e um design de processo capaz de produzir consistentemente um produto *premium* com 68,0% a 68,5% de teor de ferro com baixas impurezas.

Sujeito à disponibilidade apropriada de fundos e outras condições e fatores de risco aplicáveis, o planejamento de implementação do projeto (PIP) considerado no Relatório Técnico estima o comissionamento do Projeto Morro do Pilar no quarto trimestre de 2017 e a entrada em operação (*start-up*) no início de 2018.

Em março de 2012, foi protocolado o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) do Porto Norte e Mineroduto, na expectativa de receber a licença prévia (LP) desses projetos e também de Morro do Pilar no futuro próximo.

O Projeto Morro Escuro está em fase de licenciamento, sendo que a previsão de entrada em operação depende da conclusão de novos estudos.

2. Cenário Setorial

O ano de 2013 demonstrou a resiliência dos fundamentos do mercado do minério de ferro, pois, a redução de preços ocorrida durante o segundo trimestre foi breve e limitada. Mais uma vez, o crescimento vigoroso da economia chinesa, com um crescente número de projetos de infraestrutura e maior urbanização, sustentou uma demanda robusta pelas commodities industriais e em especial pelo minério de ferro. Some-se também o efeito de custos de produção

 Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

crescentes na China e o declínio acentuado na qualidade do minério chinês, além das incertezas associadas à implantação de novos empreendimentos de grande porte na China e temos um cenário de longo prazo favorável ao desenvolvimento de projetos de minério de qualidade *premium*, com escala e custos competitivos em relação ao minério chinês.

3. Demonstrações Financeiras

Resultado do exercício

O resultado negativo no exercício de 2013 decorreu das despesas gerais e administrativas parcialmente compensadas pelas receitas financeiras.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

A posição de caixa e títulos e valores mobiliários da companhia em 31 de dezembro de 2013 eram de R\$ 547 milhões, sendo R\$ 44 mil em caixa e o restante em títulos e valores mobiliários. Os Títulos e valores mobiliários correspondem a títulos emitidos pelo Tesouro Nacional com rendimentos atrelados à variação da Selic (LFT) e à variação do IPCA + cupom (NTN-B). Esses títulos geraram rentabilidade média, até o final de 2013, de 98,7% do CDI.

4. Responsabilidade Socioambiental

Como forma de reforçar o compromisso da empresa com as melhores práticas socioambientais, a Manabi aderiu voluntariamente ao Pacto Global da Organização das Nações Unidas (ONU). Entre os princípios norteadores desse compromisso contam-se o respeito aos direitos humanos no trabalho, o respeito ao meio-ambiente, a integridade e o combate à corrupção.

5. Mercado de Capitais e Governança Corporativa

A Manabi é uma companhia de capital aberto registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e com ações listadas na BM&FBOVESPA, mas ainda não disponíveis para negociação em bolsa. Atualmente o capital social é composto por 1.040.000 ações, sendo 250.000 ações ordinárias, 550.000 ações preferenciais classe A e 240.000 ações preferenciais classe B.

O Conselho de Administração é composto atualmente por nove membros, todos com mandato de um ano, permitida a reeleição.

Em 30 de outubro de 2013, o Sr. Ouk Choi foi eleito como novo conselheiro da Companhia, tomando posse de seu cargo mediante assinatura do respectivo termo de posse.

Adicionalmente, em 06 de fevereiro de 2014, a Sra. Hahn Disch-Le renunciou ao seu posto no Conselho de Administração. Ato contínuo, o Sr. Luciano Tadeu Silva Ramos foi eleito como novo conselheiro da Companhia, tomando posse de seu cargo.

6. Cláusula Compromissória

A Companhia, seus acionistas, administradores e membros do Conselho de Administração obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada, ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos das disposições contidas no Estatuto Social, nos acordos de acionistas arquivados na sede da Companhia, na Lei das Sociedades por Ações, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil ou pela CVM, nos regulamentos da CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA, nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, nas



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Cláusulas Compromissórias e no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado, conduzida em conformidade com este último Regulamento.

7. Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381 de 2003, a Companhia informa que a Ernst & Young Auditores Independentes S.S. presta serviços de auditoria externa para a Companhia relacionados ao exame de suas demonstrações financeiras.

Em atendimento à Instrução CVM nº 480 de 2009, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com a opinião expressa no parecer dos auditores independentes e com as demonstrações contábeis relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2013.

Rio de Janeiro – RJ, 13 de março de 2014.

A Administração

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

A Manabi S.A. ("Manabi" ou "Companhia") é uma companhia de capital aberto que tem como objeto social (i) a prospecção, desenvolvimento e negociação de oportunidades de negócios na exploração, exploração econômica, desenvolvimento, lavra, extração, produção e venda de minério de ferro e outros depósitos de metais na América do Sul; (ii) investimento, participação acionária e operação de ativos e sociedades nos setores de exploração de depósitos de minério de ferro e outros depósitos de metais, inclusive logística, transporte, instalações industriais e outras infraestruturas relacionadas a tais oportunidades de negócios, ativos e sociedades; (iii) pesquisa, exploração, lavra, beneficiamento, industrialização, transporte, exportação e comércio dos bens e produtos minerais indicados no item (i) acima; e (iv) prestação de serviços geológicos.

Em 31 de dezembro de 2013, a Manabi detém o controle integral das sociedades Morro do Pilar Minerais S.A. ("MOPI"), Manabi Logística S.A. ("Manabi Log") e Dutovias do Brasil S.A. ("Dutovias").

Em Assembleia geral extraordinária realizada em 17 de setembro de 2013, foi aprovada, nos termos do Protocolo e Justificação, a incorporação da subsidiária Morro Escuro Minerais S.A. ("MOES"). Esta operação teve como objetivo tanto a simplificação da estrutura societária e operacional do grupo quanto um melhor aproveitamento dos recursos das sociedades envolvidas.

A subsidiária MOPI tem o objetivo de: (a) pesquisa, exploração, lavra, beneficiamento e transporte de bens e produtos minerais; (b) prestação de serviços geológicos; (c) prestação de serviços de intermediação relacionados às atividades e matéria acima; (d) participação no capital de outras sociedades, no Brasil ou no exterior; (e) locação de veículos, sondas e equipamentos para sondagem e mineração; e (f) prestação de serviços de sondagem para mineração.

A subsidiária Manabi Log tem o objetivo de ser utilizada para consolidar uma logística portuária eficiente para o escoamento da produção de minério de ferro. Atualmente, a Manabi Log não tem qualquer operação e possui a área onde pretende construir o seu terminal portuário, chamado de Porto Norte Capixaba.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

Para viabilizar o terminal portuário dentro das políticas e diretrizes para o desenvolvimento do setor portuário nacional, a Manabi Log apresentou a documentação técnica necessária e a garantia com vigência de um ano a partir de 6 de setembro de 2013 de proposta correspondente a 1% do valor estimado de investimento à Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) a fim de atender aos requisitos necessários para obtenção de licença para execução do projeto.

A subsidiária Dutovias foi adquirida em 8 de março de 2013 e tem o objetivo de ser utilizada para consolidar o transporte de minério de ferro do projeto MOPI até o Porto Norte Capixaba, através de um mineroduto a ser construído.

O desenvolvimento e a implementação de um projeto integrado de produção e escoamento de minério de ferro é de capital intensivo. Nesse contexto, a Administração acredita que os recursos detidos em caixa, são suficientes para as atividades de curto prazo. A Administração continua avaliando alternativas para captação de recursos adicionais que permitam a implementação de seu plano de negócios.

A Companhia continua investindo principalmente em (i) aprofundamento do seu conhecimento do ativo minerário com relatórios de exploração e pesquisa, de perfuração, caracterização e modelagem, (ii) engenharia, (iii) obtenção de licenças necessárias à operação e (iv) infraestrutura logística.

A Companhia tem contratado conceituadas empresas para prestar serviços de sondagem, análise química de amostras, preparação de estudos ambientais e desenvolvimento de engenharia para o conjunto de mina, mineroduto e terminal portuário.

Conforme mencionado na Nota 8, um novo Relatório Técnico foi emitido em 24 de fevereiro de 2014 pela empresa independente de consultoria SRK Consulting. O Relatório Técnico contém uma análise técnica e revisão do trabalho de engenharia feito para cada componente-chave do Projeto Morro do Pilar, incluindo planta de beneficiamento, mineroduto, planta de filtragem e terminal portuário, bem como uma declaração atualizada de recursos conforme Diretrizes CIM (National Instrument 43-101) certificando 1,33 bilhão de toneladas de recursos medidos e indicados (M&I) e 312 milhões de toneladas de recursos inferidos na área de pesquisa do Projeto Morro do Pilar. O Relatório Técnico também confirma os dados de metalurgia do Projeto Morro do Pilar, com 80% de recuperação metalúrgica e um design de processo capaz de produzir consistentemente um produto premium com 68,0% a 68,5% de teor de ferro com baixas impurezas. Um Fato Relevante sobre esse Relatório Técnico foi comunicado aos acionistas e ao mercado em geral em 24 de fevereiro de 2014.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional--Continuação

O Relatório Técnico da SRK ("SRK TR") utiliza recursos minerais incluindo medido, indicado e inferido, assim como, recursos potenciais no planejamento de mina. Por esta razão, o SRK TR não atende instruções de divulgação de acordo com os códigos CIM e JORC. O uso de recursos potenciais não é permitido de acordo com as instruções dos códigos CIM e JORC para estudos econômicos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras individuais foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pela CVM e Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC. Essas práticas diferem das normas internacionais de relatórios financeiros ("IFRS"), aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas pelo método de equivalência patrimonial, conforme requerido pelo ICPC 09, enquanto que para fins de IFRS, seria custo ou valor justo.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o IFRS, emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Essas demonstrações financeiras foram preparadas pelo custo histórico, exceto por certos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo, conforme descrito nas práticas contábeis abaixo e Nota 14.

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais (R\$), sendo essa a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional").

A Administração da Companhia autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em 13 de março de 2014.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis

A seguir, apresentamos as principais práticas contábeis utilizadas pela Companhia:

3.1. Consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras das controladas MOPI, Manabi Log, e Dutovias sobre as quais a Companhia detém 100% de participação.

O processo de consolidação das contas patrimoniais e de resultado das empresas controladas corresponde à soma dos saldos das contas de ativo, passivo, receitas e despesas, segundo a sua natureza, complementada com as seguintes eliminações: (a) eliminação dos saldos de ativos e/ou passivos entre as sociedades consolidadas; (b) eliminação dos investimentos contra o respectivo patrimônio líquido da sociedade controlada; e (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de transações entre as sociedades consolidadas.

3.2. Combinação de negócios

Combinações de negócios são contabilizadas utilizando o método de aquisição. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócio, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos.

Ao adquirir um negócio, a Companhia avalia os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e alocá-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Se a combinação de negócios for realizada em estágios, o valor justo na data de aquisição da participação societária previamente detida no capital da adquirida é reavaliado a valor justo na data de aquisição, sendo os impactos reconhecidos na demonstração do resultado.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.2. Combinação de negócios--Continuação

Qualquer contraprestação contingente a ser transferida pela adquirente será reconhecida a valor justo na data de aquisição. Alterações subsequentes no valor justo da contraprestação contingente considerada como um ativo ou como um passivo deverão ser reconhecidas de acordo com o CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração na demonstração do resultado ou em outros resultados abrangentes. Se a contraprestação contingente for classificada como patrimônio, não deverá ser reavaliada até que seja finalmente liquidada.

Inicialmente, o ágio, se houver, é mensurado como sendo o excedente da contraprestação transferida em relação aos ativos líquidos adquiridos (ativos identificáveis adquiridos, líquidos e os passivos assumidos). Se a contraprestação for menor do que o valor justo dos ativos líquidos adquiridos, a diferença deverá ser reconhecida como ganho na demonstração do resultado. Após o reconhecimento inicial, o ágio é mensurado pelo custo, deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado às unidades geradoras de caixa que se espera sejam beneficiadas pelas sinergias da combinação, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

3.3. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Atualmente, os ativos financeiros da Companhia são representados pelos saldos de caixa, saldos em contas correntes bancárias e títulos e valores mobiliários, classificados a valor justo por meio do resultado.

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.3. Instrumentos financeiros--Continuação

Ativos financeiros--Continuação

Ativos financeiros a valor justo por meio do resultado são apresentados no balanço patrimonial a valor justo, com os correspondentes ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração do resultado.

A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos e é determinada no momento do reconhecimento inicial.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa dos investimentos tenham expirado ou tenham sido transferidos, e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e direitos de propriedade desses ativos.

Passivos financeiros

Atualmente, o único passivo financeiro relevante da Companhia refere-se as contas a pagar a fornecedores. Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação. A Companhia baixa um passivo financeiro quando ele é pago ou quando as obrigações relacionadas são canceladas.

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados com base nas variações monetárias e taxas de câmbio e incluem os juros incorridos até a data do balanço, baseados nos termos da negociação. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de apropriação dos juros e variações monetárias.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.4. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de curto prazo e de conversibilidade imediata em um montante conhecido, estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento normalmente se qualifica como título de curto prazo quando possui vencimento de até três meses a contar da data da aquisição.

Os títulos e valores mobiliários também são investimentos de curto prazo com alta liquidez e são mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ganhos e as perdas de variações de valor justo são reconhecidos na demonstração do resultado.

3.5. Investimentos em controladas

Os investimentos em controladas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras da controladora, sendo eliminados para fins de elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Uma controlada é uma entidade na qual, a Companhia, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores.

Com base no método de equivalência patrimonial, o investimento em controladas é contabilizado no balanço patrimonial da controladora ao custo, adicionando-se as mudanças após a aquisição da participação societária.

3.6. Imobilizado

O imobilizado é registrado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada pelo método linear ou pelo método das unidades produzidas para os ativos de mineração (quando em operação) e da provisão para redução do seu valor recuperável, quando aplicável.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.6. Imobilizado--Continuação

As taxas de depreciação são reavaliadas anualmente com base na estimativa de vida útil remanescente dos bens. Os terrenos não são depreciados e as benfeitorias em imóveis de terceiros são amortizadas com base no prazo do contrato de aluguel ou expectativa de vida útil do imóvel, dos dois o menor.

3.7. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem principalmente direitos minerários e gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e são avaliados ao custo de aquisição sendo que a amortização será calculada considerando o prazo estimado em que os benefícios correspondentes dos ativos intangíveis forem auferidos e começará a ser realizada no momento em que o ativo a que esteja vinculado, entre em operação. Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos se for provável que irão gerar benefícios econômicos para a Companhia e que seu respectivo valor possa ser medido de forma confiável.

A estimativa inicial da Administração é que as reservas minerais sejam exauridas em aproximadamente 20 anos, a partir do início das operações.

3.8. Provisões

Provisões são reconhecidas quando há obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de evento passado, e é provável que benefícios econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita. Quando a Companhia espera que o valor de uma provisão seja reembolsado, no todo ou em parte, o reembolso é reconhecido como ativo separado, mas apenas quando o reembolso for praticamente certo. O valor relativo a qualquer provisão é normalmente registrado no resultado, líquido de qualquer reembolso. Atualmente a Companhia e suas controladas não são parte de processos judiciais ou administrativos.

3.9. Ativos e passivos circulantes e não circulantes

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.10. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

3.11. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social são apurados pelo regime de tributação com base no lucro real. A base de cálculo para apuração dos impostos considera as adições e exclusões previstas na legislação vigente. A Administração não registra imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre prejuízos fiscais, base negativa de contribuição social e diferenças temporárias nesta fase de pesquisa e desenvolvimento dos recursos.

3.12. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Julgamentos, estimativas e premissas são utilizados para a mensuração e reconhecimento de certos ativos e passivos das demonstrações financeiras da Companhia. A determinação destas estimativas levou em consideração experiências de eventos passados e correntes, pressupostos relativos a eventos futuros e outros fatores objetivos e subjetivos.

Itens significativos sujeitos a estimativas que foram considerados, ou que afetarão a Companhia após o início da produção, incluem: a seleção de vida útil do ativo imobilizado; a estimativa de reservas utilizada no cálculo da depreciação pelo método das unidades produzidas; a avaliação do valor recuperável das unidades geradoras de caixa; a análise de recuperação dos valores dos ativos imobilizados; entre outros. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa suas estimativas e premissas pelo menos anualmente.

3.13. Demonstrações dos fluxos de caixa

Foram preparadas e apresentadas pelo método indireto, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) - Demonstração dos fluxos de caixa.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

3. Sumário das principais práticas contábeis--Continuação

3.14. Demonstração do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado foram preparadas e estão apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do valor adicionado. A apresentação das demonstrações do valor adicionado é requerida pela Legislação Societária Brasileira para Sociedades Anônimas de capital aberto e é apresentada como informação suplementar para fins de IFRS.

3.15. Prejuízo por ação

O cálculo básico do prejuízo por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais disponíveis durante o exercício.

O prejuízo diluído por ação é feito através da divisão do prejuízo do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais da controladora, pela quantidade média de ações ordinárias e preferenciais durante o exercício mais a quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias e preferenciais potenciais diluídas em ações ordinárias ou preferenciais.

3.16. Informação por segmento

A definição dos segmentos operacionais é efetuada em consonância com a análise pelo responsável pela alocação de recursos e avaliação do desempenho de segmentos operacionais, e tem sido identificado como o Diretor-Presidente. Atualmente, a Companhia apresenta um segmento de mineração, ainda em fase de pesquisa e desenvolvimento dos recursos.

3.17. Pagamento baseado em ações

A remuneração dos executivos baseada em ações é mensurada e reconhecida a valor justo na data em que as opções foram outorgadas, em conta específica no patrimônio líquido e na demonstração do resultado, conforme as condições contratuais sejam atendidas. O custo de transações liquidadas com títulos patrimoniais é reconhecido ao longo do exercício em que a performance e/ou condição de serviço são cumpridos, com término na data em que o funcionário adquire o direito completo ao prêmio (data de aquisição). A despesa acumulada reconhecida até a data de aquisição reflete a extensão em que o período de aquisição tenha expirado e a melhor estimativa da Companhia do número de títulos patrimoniais que serão adquiridos.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Novos pronunciamentos e interpretações

As seguintes novas normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício de 2013.

- CPC 39 - Instrumentos financeiros apresentação (IAS 32) - Essas revisões clarificam o significado de "atualmente tiver um direito legalmente exequível de compensar os valores reconhecidos" e o critério que fariam com que os mecanismos de liquidação não simultâneos das câmaras de compensação se qualificassem para compensação. Essas revisões passarão a vigorar para exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera que essas revisões sejam relevantes em suas demonstrações financeiras.
- CPC 32 - Tributos sobre o lucro (IFRIC 21) - Clarifica quando uma entidade deve reconhecer um passivo para um tributo quando o evento que gera o pagamento ocorre. Para um tributo que requer que seu pagamento se origine em decorrência do atingimento de alguma métrica, a interpretação indica que nenhum passivo deve ser reconhecido até que a métrica seja atingida. O IFRIC 21 passa a vigorar para exercícios findos em ou após 1º de janeiro de 2014. A Companhia não espera impactos em suas demonstrações financeiras.

Não há outros pronunciamentos ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia.

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

	Controladora e Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos	44	11
Equivalentes de caixa		
Certificados de depósitos bancários (CDBs)	-	25.395
Debêntures compromissadas	-	46.081
	44	71.487
Títulos e valores mobiliários		
Títulos públicos	546.901	617.663
	546.901	617.663

Notas Explicativas**Manabi S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários--Continuação

Os recursos aplicados em CDBs e debêntures foram integralmente resgatados ao longo do primeiro semestre de 2013 para atender aos compromissos da Companhia. Estes recursos eram provenientes da primeira captação privada realizada pela Companhia.

As aplicações em CDBs e debêntures compromissadas possuíam a seguinte composição:

Título	Banco	Início da operação	Vencimento da operação	Indexador CDI	31/12/2013	31/12/2012
					Controladora e consolidado	Controladora e consolidado
CDB	Bradesco	26/03/2012	17/03/2014	100,0%	-	417
CDB	Itaú BBA	08/06/2011	29/05/2013	101,6%	-	13.423
CDB	Banco do Brasil	08/06/2011	29/05/2013	100,6%	-	11.554
Debêntures	Itaú BBA	21/12/2012	21/01/2013	80,0%	-	535
Debêntures	Bradesco	08/06/2011	29/05/2013	101,7%	-	45.547
					-	71.476

Os títulos públicos têm a seguinte composição:

Título	Início	Vencimento	Indexador	31/12/2013		31/12/2012	
				Controladora e Consolidado Quantidade	Valor	Controladora e Consolidado Quantidade	Valor
LFT	06/11/2012	07/09/2015	Selic	12.255	72.261	18.544	101.032
LFT	07/11/2012	07/09/2015	Selic	27.808	163.968	27.808	151.504
LFT	08/11/2012	07/09/2015	Selic	18.534	109.285	18.534	100.977
LFT	12/11/2012	07/09/2013	Selic	-	-	37.055	201.859
LFT	05/12/2012	07/03/2013	Selic	-	-	712	3.878
LFT	09/09/2013	07/09/2014	Selic	24.244	142.926	-	-
NTN-B	04/12/2012	15/08/2014	IPCA	4.000	9.743	4.000	9.735
NTN-B	04/12/2012	15/08/2014	IPCA	10.000	24.359	10.000	24.339
NTN-B	04/12/2012	15/08/2014	IPCA	10.000	24.359	10.000	24.339
				106.841	546.901	126.653	617.663

Os títulos públicos estão alocados em um fundo de investimentos exclusivo e têm rendimentos atrelados à Selic (LFT) ou ao IPCA + cupom (NTN-B). Esses títulos geraram rentabilidade média de 98,7% do CDI em 2013. Os títulos públicos têm alta liquidez, baixo risco de crédito (risco soberano) podendo ser negociados para utilização nas operações da Companhia e suas controladas.

Os recursos investidos em títulos públicos são provenientes da segunda captação privada realizada pela Companhia no segundo semestre de 2012.

Notas Explicativas**Manabi S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Investimentos em controladas (controladora)

A movimentação dos investimentos no período foi da seguinte forma:

	31/12/2012	Aumento de capital	Equivalência patrimonial	Incorporação (a)	31/12/2013
Investimentos					
MOPI	4.104	2.500	(260)	-	6.344
MOES	9.133	8.163	(112)	(17.184)	-
Manabi Log	6.452	22.500	(558)	-	28.394
Excedente pago na aquisição do investimento					
MOES	55.441	-	-	(55.441)	-
	75.130	33.163	(930)	(72.625)	34.738
Provisão para passivo a descoberto					
Dutovias	-	-	(106)	-	(106)
Resultado de equivalência patrimonial			(1.036)		

Conforme mencionado na Nota 1, foi aprovada em 17 de setembro de 2013 a incorporação da subsidiária MOES. Esta operação teve como objetivo tanto a simplificação da estrutura societária e operacional do grupo quanto um melhor aproveitamento dos recursos das sociedades envolvidas. Em função desta incorporação, o excedente pago na aquisição da MOES, no valor de R\$55.441, anteriormente registrado dentro do investimento na demonstração financeira individual e alocado como intangível na demonstração financeira consolidada, passa a ser registrado diretamente no intangível da controladora.

Os adiantamentos para futuros aumentos de capital são remetidos às subsidiárias para aquisição de terrenos, estudos ambientais, levantamento, cadastramento, avaliação, negociação e regularização documental das áreas do projeto.

Em 31 de dezembro de 2013, os saldos de recursos remetidos pela Companhia às suas controladas MOPI, Manabi Log e Dutovias, totalizam R\$1.274, R\$12.567 e R\$9.593, respectivamente. A capitalização desses saldos ocorre em período não superior a um ano.

Outras informações dos investimentos - 31 de dezembro de 2013 e 2012

2013	MOPI	MOES	Manabi Log	Dutovias
Quantidade de ações (ordinárias)	6.531.860	-	23.159.600	900
Participação no capital social	100%	-	100%	100%
Patrimônio líquido	6.344	-	28.394	(106)
2012	MOPI	MOES	Manabi Log	Dutovias
Quantidade de ações (ordinárias)	4.031.860	782.820	659.600	-
Participação no capital social	100%	100%	100%	-
Patrimônio líquido	4.104	9.133	6.452	-

Notas Explicativas**Manabi S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado**Saldos da controladora**

	Controladora					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Edificações	285	(13)	272	285	(2)	283
Construções em andamento	1.465	-	1.465	1.174	-	1.174
Máquinas e equipamentos	119	(14)	105	73	(3)	70
Móveis e utensílios	1.233	(179)	1.054	767	(74)	693
Equipamentos de informática	752	(159)	593	290	(53)	237
Equipamentos de comunicação	161	(43)	118	87	(16)	71
Benfeitorias em bens de terceiros	2.217	(495)	1.722	688	(155)	533
	6.232	(903)	5.329	3.364	(303)	3.061

Movimentação da controladora no período

	Taxa de depreciação	31/12/2012	Aquisições	Transferências	Depreciação	31/12/2013
Edificações	4%	283	-	-	(11)	272
Construções em andamento		1.174	1.748	(1.457)	-	1.465
Máquinas e equipamentos	10%	70	46	-	(11)	105
Móveis e utensílios	10%	693	463	2	(105)	1.053
Equipamentos de informática	20%	237	462	-	(106)	593
Equipamentos de comunicação	20%	71	76	(2)	(27)	118
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	533	73	1.457	(340)	1.723
		3.061	2.868	-	(600)	5.329

Saldos consolidados

	Consolidado					
	31/12/2013			31/12/2012		
	Custo	Depreciação	Valor líquido	Custo	Depreciação	Valor líquido
Terrenos	28.779	-	28.779	28.203	-	28.203
Edificações	285	(13)	272	285	(2)	283
Construções em andamento	31.505	-	31.505	7.874	-	7.874
Máquinas e equipamentos	119	(14)	105	73	(3)	70
Móveis e utensílios	1.253	(180)	1.073	770	(74)	696
Equipamentos de informática	752	(159)	593	290	(53)	237
Equipamentos de comunicação	161	(43)	118	87	(16)	71
Benfeitorias em bens de terceiros	2.319	(503)	1.816	688	(155)	533
	65.173	(912)	64.261	38.270	(303)	37.967

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado--Continuação

Movimentação dos saldos consolidados no período

	Taxa de depreciação	31/12/2012	Aquisições	Transferências	Depreciação	31/12/2013
Terrenos		28.203	576	-	-	28.779
Edificações	4%	283	-	-	(11)	272
Construções em andamento		7.874	25.102	(1.471)	-	31.505
Máquinas e equipamentos	10%	70	46	-	(11)	105
Móveis e utensílios	10%	696	483	-	(106)	1.073
Equipamentos de informática	20%	237	462	-	(106)	593
Equipamentos de comunicação	20%	71	74	-	(27)	118
Benfeitorias em bens de terceiros	22%	533	160	1.471	(348)	1.816
		37.967	26.903	-	(609)	64.261

As construções em andamento incluem os dispêndios relacionados a: (i) processo de licenciamento ambiental, estudos oceanográficos e início do projeto de engenharia conceitual do porto; (ii) licenciamento ambiental, projeto de engenharia conceitual licenciamento e negociação das áreas de servidão do mineroduto.

8. Intangível

O ativo intangível é formado pelos direitos de prospecção e recursos minerais existentes na Companhia.

Os intangíveis são representados por 91 direitos minerários relacionados aos projetos MOPI (Morro do Pilar) e MOES (Morro Escuro), respectivos recursos e gastos exploratórios, localizados no Estado de Minas Gerais, dos quais 5 se encontram em fase de requerimento de lavra, 62 em fase de autorização de pesquisa, 16 em fase de requerimento de pesquisa, 5 são habilitações em editais de áreas consideradas disponíveis pelo DNPM e 3 dizem respeito a requisições de licenciamento.

O relatório de certificação para o projeto MOPI, datado de abril 2012, foi realizado por uma das líderes mundiais independentes em certificação de recursos minerais com base em 147 furos de sondagem, incluindo uma extensão de 16 mil metros lineares, que apontou recursos da ordem de 1,2 Bt, sendo 1,166 Mt categorizados como inferidos e 30 Mt como indicados. Além disto, o referido estudo apontou um potencial exploratório adicional entre 750 Mt e 1,800 Mt.

Entre abril de 2012 e 31 de dezembro de 2013 foram realizados 338 furos adicionais de sondagem, passando a abranger uma extensão de sondagem de 92 mil metros lineares. Os dados coletados na campanha de sondagem, ora em curso, servirão de base para um novo relatório de certificação, que deve confirmar um aumento significativo de recursos inferidos deste projeto para as categorias medido e indicado (M&I).

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível--Continuação

O relatório de certificação do projeto MOES, também realizado pela mesma empresa certificadora em abril de 2012, apontou recursos da ordem de 389 Mt categorizados como inferidos e um potencial exploratório adicional de 250 a 450 Mt.

A movimentação do ativo intangível no período é dada como segue:

	Taxa de amortização	31/12/2012	Adições	Amortização	31/12/2013
Gastos com exploração e avaliação de recursos minerais e direito de prospecção		90.853	101.330	-	192.183
Intangível adquirido em combinação de negócios (MOPI e MOES)		546.868	-	-	546.868
Software	20%	382	498	(153)	727
		<u>638.103</u>	<u>101.828</u>	<u>(153)</u>	<u>739.778</u>

9. Imposto de renda e contribuição social

Em 31 de dezembro de 2013, o montante de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social da Companhia era de R\$ 65.078 (R\$ 59.537 em 31 de dezembro de 2012), sobre o qual a Administração optou por não registrar o imposto de renda e contribuição social diferidos ativos nesta fase do projeto. Prejuízos fiscais a compensar gerados no Brasil não expiram e são compensados com lucro tributável futuro, limitado, entretanto, a 30% dos tributos a pagar em cada exercício.

Em 12 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória 627, que revoga o regime tributário de transição estabelecido na Lei 11.941 de 2009 e traz outras mudanças relevantes para as regras tributárias federais. A Medida Provisória tem vigência a partir de 2015, sendo permitida sua adoção antecipada para 2014.

A Administração da Companhia efetuou estudos e concluiu, em função da fase atual do projeto, que as disposições da citada Medida Provisória não têm impactos nas demonstrações financeiras e aguarda a evolução das emendas ao texto final para decidir sobre o momento de sua adoção.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Transações com partes relacionadas

A Companhia encontra-se em fase de exploração e avaliação de recursos minerais e atualmente não há transações operacionais com partes relacionadas.

Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Companhia considera todos os atuais diretores e membros do conselho como pessoal-chave da Administração. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, a remuneração desses diretores e membros do conselho foi, respectivamente, R\$5.883 e R\$2.085 (R\$4.631 e R\$1.714 em 2012), englobando salários, honorários e encargos sociais. Nesses valores não está incluída a importância de R\$2.885 relativa a opções para compra de ações (stock options) a diretores, reconhecida no exercício. Os honorários dos diretores e membros do conselho para o exercício de 2013, nos montantes globais de até R\$6.600 e R\$3.240, respectivamente, foram aprovados na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2013.

Pagamento baseado em ações (stock options)

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de julho de 2011, a adoção de um plano de remuneração de diretores, conselheiros e funcionários por meio de opção de compra de ações (*stock option plan*). As opções do plano de emissão pela Companhia são do tipo primário, logo, envolvem emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2013, o total de opções outorgadas era de 29.880 (vinte e nove mil, oitocentas e oitenta) realizado por meio de contrato individual entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve concluir três anos de serviço (período de aquisição de direito). As opções, na proporção de um terço do total das ações disponíveis para o plano, são exercíveis em três parcelas anuais, sendo a primeira depois de decorridos 12 meses da data da outorga e as duas seguintes, nas mesmas condições, observados os períodos de 24 e 36 meses também contados da data da outorga. Os participantes têm o prazo máximo de sessenta meses, a partir da data da maturação, para exercer as opções.

O preço de exercício das opções concedidas até 20 de agosto de 2012 é de R\$1.576,00 (mil e quinhentos e setenta e seis reais) por ação nominal e a partir desta data R\$2.547,25 (dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) que devem permanecer os mesmos até a data efetiva do exercício das opções, passível de correções no caso de agrupamentos ou desdobramento da ação. Como a Companhia ainda não distribuiu dividendos, para efeito de valorização dessas opções, foi mantida a estimativa de que não serão pagos dividendos durante a vida do programa de outorga de opção.

A remuneração com base em opções para compra de ações foi mensurada e reconhecida ao valor justo, sendo utilizado o modelo de Merton (1973), uma extensão do modelo Black & Scholes.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Transações com partes relacionadas--Continuação

Pagamento baseado em ações (stock options)--Continuação

Os acionistas da Companhia aprovaram, em Assembleia Geral Extraordinária de 21 de julho de 2011, a adoção de um plano de remuneração de diretores, conselheiros e funcionários por meio de opção de compra de ações (*stock option plan*). As opções do plano de emissão pela Companhia são do tipo primário, logo, envolvem emissão de novas ações.

Em 31 de dezembro de 2013, o total de opções outorgadas era de 29.880 (vinte e nove mil, oitocentas e oitenta) realizado por meio de contrato individual entre a Companhia e cada beneficiário. Como condição para aquisição do direito à opção de compra de ações, o beneficiário deve concluir três anos de serviço (período de aquisição de direito). As opções, na proporção de um terço do total das ações disponíveis para o plano, são exercíveis em três parcelas anuais, sendo a primeira depois de decorridos 12 meses da data da outorga e as duas seguintes, nas mesmas condições, observados os períodos de 24 e 36 meses também contados da data da outorga. Os participantes têm o prazo máximo de sessenta meses, a partir da data da maturação, para exercer as opções.

O preço de exercício das opções concedidas até 20 de agosto de 2012 é de R\$1.576,00 (mil e quinhentos e setenta e seis reais) por ação nominal e a partir desta data R\$2.547,25 (dois mil quinhentos e quarenta e sete reais e vinte e cinco centavos) que devem permanecer os mesmos até a data efetiva do exercício das opções, passível de correções no caso de agrupamentos ou desdobramento da ação. Como a Companhia ainda não distribuiu dividendos, para efeito de valorização dessas opções, foi mantida a estimativa de que não serão pagos dividendos durante a vida do programa de outorga de opção.

A remuneração com base em opções para compra de ações foi mensurada e reconhecida ao valor justo, sendo utilizado o modelo de Merton (1973), uma extensão do modelo Black & Scholes.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Transações com partes relacionadas--Continuação

Pagamento baseado em ações (stock options)--Continuação

O quadro abaixo demonstra o resultado do cálculo do valor justo das opções atualizado para a data dessas demonstrações financeiras:

Piano	Data de outorga	Data de maturação	Data de vencimento	Quantidade de ações	Volatilidade anual	Taxa livre de risco	Fator de diluição	Valor justo das opções
2011.1	15/10/2011	15/10/2012	15/10/2017	4.550	40,41%	11,35%	99,41%	4.122
2011.1	15/10/2011	15/10/2012	15/10/2018	4.550	39,47%	11,35%	98,82%	4.387
2011.1	15/10/2011	15/10/2012	15/10/2019	4.550	38,95%	11,34%	98,23%	4.629
Aditivos	02/01/2012	15/10/2012	15/10/2017	500	40,86%	11,00%	99,24%	442
Aditivos	02/01/2012	15/10/2012	15/10/2018	500	39,58%	11,04%	98,33%	469
Aditivos	02/01/2012	15/10/2012	15/10/2019	500	38,98%	11,06%	97,44%	495
2012.1	02/01/2012	15/10/2012	15/10/2017	500	40,86%	11,00%	99,24%	442
2012.1	02/01/2012	15/10/2012	15/10/2018	500	39,58%	11,04%	98,33%	469
2012.1	02/01/2012	15/10/2012	15/10/2019	500	38,98%	11,06%	97,44%	494
2012.2	02/01/2012	01/12/2012	01/12/2017	300	40,67%	10,99%	99,20%	267
2012.2	02/01/2012	01/12/2012	01/12/2018	300	39,51%	11,05%	98,30%	284
2012.2	02/01/2012	01/12/2012	01/12/2019	300	38,95%	11,06%	97,41%	299
2012.3	01/02/2012	15/01/2013	15/01/2018	1.000	40,55%	11,04%	99,08%	892
2012.3	01/02/2012	15/01/2013	15/01/2019	1.000	39,47%	11,19%	98,18%	951
2012.3	01/02/2012	15/01/2013	15/01/2020	1.000	38,80%	11,23%	97,29%	1.001
2012.4	13/01/2012	13/01/2013	13/01/2018	100	40,47%	11,23%	99,20%	90
2012.4	13/01/2012	13/01/2013	13/01/2019	100	39,41%	11,31%	98,28%	96
2012.4	13/01/2012	13/01/2013	13/01/2020	100	38,88%	11,32%	97,37%	101
2012.5	20/08/2012	20/08/2013	20/08/2018	180	39,99%	9,65%	99,05%	154
2012.5	20/08/2012	20/08/2013	20/08/2019	180	38,74%	9,78%	98,11%	164
2012.5	20/08/2012	20/08/2013	20/08/2020	180	38,05%	9,97%	97,19%	173
2012.6	19/11/2012	19/11/2013	19/11/2018	200	39,90%	9,06%	98,68%	270
2012.6	19/11/2012	19/11/2013	19/11/2019	200	38,72%	9,20%	97,97%	288
2012.6	19/11/2012	19/11/2013	19/11/2020	200	38,04%	9,39%	97,80%	307
Em 31/12/2012				<u>21.990</u>				<u>21.286</u>
2013.1	02/05/2013	02/05/2014	02/05/2019	780	39,96%	9,10%	98,54%	1.055
2013.1	02/05/2013	02/05/2015	02/05/2020	780	38,98%	9,24%	97,78%	1.126
2013.1	02/05/2013	02/05/2016	02/05/2021	780	38,13%	9,39%	97,68%	1.196
2013.2	01/07/2013	01/07/2014	01/07/2019	550	40,16%	11,23%	98,48%	793
2013.2	01/07/2013	01/07/2015	01/07/2020	550	39,05%	11,27%	97,68%	843
2013.2	01/07/2013	01/07/2016	01/07/2021	550	38,26%	11,31%	97,53%	893
2013.3	15/08/2013	15/08/2014	15/08/2019	450	40,00%	11,71%	98,44%	656
2013.3	15/08/2013	15/08/2015	15/08/2020	450	38,88%	11,77%	97,60%	698
2013.3	15/08/2013	15/08/2016	15/08/2021	450	38,00%	11,82%	97,40%	738
2013.4	01/10/2013	01/10/2014	01/10/2019	850	39,58%	11,73%	98,38%	1.235
2013.4	01/10/2013	01/10/2015	01/10/2020	850	38,81%	11,79%	97,46%	1.316
2013.4	01/10/2013	01/10/2016	01/10/2021	850	38,01%	11,84%	97,21%	1.394
Total do exercício				<u>7.890</u>				<u>11.943</u>
Em 31/12/2013				<u>29.880</u>				<u>33.229</u>

Notas Explicativas**Manabi S.A.**

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação

31 de dezembro de 2013

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

10. Transações com partes relacionadas--Continuação**Pagamento baseado em ações (*stock options*)--Continuação**

Os efeitos da remuneração com base em opções para compra de ações, abrangendo todas as opções concedidas e em aberto, no patrimônio líquido e no resultado do período, são os seguintes:

Programas	2011	2012	2013	2014	2015	2016	Total
1º	904	4.407	4.375	3.453	-	-	13.139
2º	-	1.346	1.251	1.063	-	-	3.660
3º	-	880	962	962	40	-	2.844
4º	-	92	96	95	4	-	287
5º	-	60	163	163	105	-	491
6º	-	33	289	288	255	-	865
7º	-	-	749	1.124	1.125	379	3.377
8º	-	-	422	843	842	422	2.529
9º	-	-	263	697	697	435	2.092
10º	-	-	328	1.313	1.314	990	3.945
	904	6.818	8.898	10.001	4.382	2.226	33.229
Opções expiradas	35	481	-				
Registrado no resultado	939	7.299	8.898				
Registrado no patrimônio líquido	939	8.238	17.136				

No caso do beneficiário pedir renúncia do seu posto, as opções que ainda não sejam passíveis de exercício caducam sem qualquer indenização ou compensação e as opções já passíveis de exercício poderão ser exercidas em até noventa dias. Até a presente data, 580 (quinhentas e oitenta) ações expiraram pelo não exercício da opção, correspondentes a R\$516, montante precificado no momento da outorga das ações e reconhecido no resultado e no patrimônio líquido ao longo do período de aquisição do direito.

Na hipótese do contrato de trabalho do beneficiário ser rescindido por justa causa, todos os direitos caducam automaticamente, independentemente de aviso ou indenização.

No caso do beneficiário ser demitido mediante destituição de seu cargo sem violação de deveres ou privilégios, os direitos específicos que possam ser exercidos em conformidade com a respectiva opção na data de sua emissão poderão ser exercidas dentro do período remanescente de exercício que estiver disponível para tal beneficiário.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Fornecedores

As contas a pagar a fornecedores em 31 de dezembro de 2013 e 2012 são compostas como seguem:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Fornecedores nacionais	5.016	9.219	5.758	9.810
Fornecedores estrangeiros	362	51	362	51
	5.378	9.270	6.120	9.861

Esses saldos referem-se basicamente a serviços de sondagem, estudos ambientais e desenvolvimento de engenharia conceitual, cujo prazo médio de liquidação é de 30 dias, sobre os quais não há incidência de encargos.

12. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado está representado por 1.040.000 ações, sendo 250.000 ações ordinárias nominativas, 550.000 ações preferenciais classe "A" e 240.000 ações preferenciais classe "B", sem valor nominal, conforme abaixo detalhado:

Acionistas	Quantidade de ações				%
	Ordinárias	Preferenciais classe "A"	Preferenciais classe "B"	Total	
Fábrica Holding S.A.	150.000	3.000	320	153.320	14,74%
Ontario Teachers' Pension Plan	-	165.000	19.904	184.904	17,78%
Korea Investment Corporation	-	100.000	80.000	180.000	17,31%
EIG - Global Energy Partners	-	-	120.000	120.000	11,54%
Southeastern Asset Management	-	100.000	800	100.800	9,69%
Michael Stephen Vitton	50.000	11.000	360	61.360	5,90%
Mathew Todd Goldsmith	50.000	6.000	160	56.160	5,40%
Outros	-	165.000	18.456	183.456	17,64%
	250.000	550.000	240.000	1.040.000	100,00%

A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital, até o limite adicional de R\$3.000.000.000,00 (três bilhões de reais), mediante deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, que estabelecerá a quantidade e o tipo de ações a serem emitidas, o preço de emissão e as condições de subscrição, pagamento e emissão.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

a) Capital social--Continuação

Cada ação ordinária confere ao seu detentor o direito a 1 (um) voto nas deliberações da Assembleia Geral, e cada ação preferencial confere ao seu detentor o número de votos nas deliberações da Assembleia Geral baseado no número de ações ordinárias nas quais tal ação preferencial é conversível, em cada caso, de acordo com e sujeito aos termos do Acordo de Acionistas.

Em 10 de setembro de 2012, em Assembleia Geral Extraordinária, os acionistas e o Conselho de Administração aprovaram um aumento de capital social no valor de R\$611.340 via subscrição privada, mediante emissão de 240.000 novas ações preferenciais classe B, dos quais a EIG Manabi Holdings S.à.r.l. (em nome de fundos administrados por EIG Global Energy Partners, "EIG"), empresa norte-americana e investidora institucional global dos setores de energia, mineração e infraestrutura, aportou R\$305.670, e o restante foi aportado pelos acionistas atuais da Companhia. Este aumento de capital foi deliberado por meio da criação de nova classe "B" de ações preferenciais, passando as ações preferenciais existentes a ser reclassificadas como ações preferenciais classe "A". As ações preferenciais classe "B" terão características similares, conforme previsto no Acordo de Acionistas.

b) Reservas de capital

As reservas de capital são constituídas por bônus de subscrição e as opções de compra de ações outorgadas.

Em 8 de junho de 2011, a Companhia emitiu bônus de subscrição em favor dos acionistas (i) Fábrica Holding S.A., (ii) Mathew Todd Goldsmith e (iii) Michael Stephen Vitton. Tais bônus concedem aos seus detentores a opção de subscrever, no máximo, o total de 44.854 ações ordinárias pelo valor de R\$0,01 (um centavo) de acordo com os termos e condições previstos no Certificado de Bônus de Subscrição, aditado na Assembleia Geral Extraordinária de 10 de setembro de 2012, que será exercível, no todo ou em parte, a critério exclusivo do detentor, mediante a ocorrência dos eventos definidos ("Evento de exercício de bônus de subscrição").

O acionista Fábrica Holding S.A. tem direito de subscrever 60% dessas ações e os dois outros acionistas 20% cada.

O Evento de exercício mencionado não ocorreu até 31 de dezembro de 2013 e não está sob controle dos detentores da opção; portanto, essas opções não geraram qualquer impacto nas demonstrações financeiras.

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Patrimônio líquido--Continuação

c) Prejuízo por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do prejuízo básico e diluído por ação:

Exercício findo em 31 de dezembro de 2013			
Ordinárias	Preferenciais classe "A"	Preferenciais classe "B"	Total
Prejuízo atribuído aos detentores das ações	(3.322)	(7.309)	(3.189)
Média ponderada das ações em circulação	250.000	550.000	240.000
Prejuízo por ação - básico e diluído - em reais (*)	(13,29)	(13,29)	(13,29)
-			
Exercício findo em 31 de dezembro de 2012			
Ordinárias	Preferenciais classe "A"	Preferenciais classe "B"	Total
Prejuízo atribuído aos detentores das ações	(10.295)	(22.649)	(1.679)
Média ponderada das ações em circulação	250.000	550.000	40.767
Prejuízo por ação - básico e diluído - em reais (*)	(41,18)	(41,18)	(41,18)
-			

(*) O prejuízo do período não gera efeito dilutivo para os detentores das opções de compra de ações e do bônus de subscrição.

13. Receitas financeiras

As receitas financeiras no exercício são compostas como segue:

	Consolidado	
	31/12/2013	31/12/2012
Rendimentos de certificados de depósitos bancários (CDBs)	449	6.816
Rendimentos de debêntures compromissadas	599	5.412
Rendimentos de títulos públicos	46.147	6.778
Outras receitas financeiras	108	29
	47.303	19.035

Notas Explicativas

Manabi S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Instrumentos financeiros

Os ativos financeiros em 31 de dezembro de 2013 são representados por caixa, recursos em contas correntes bancárias e títulos e valores mobiliários, classificados e mensurados a valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros são representados pelos saldos de fornecedores e são registrados ao custo amortizado. O prazo de vencimento do saldo de fornecedores é, em média, 30 dias e não há diferenças relevantes entre os valores contábeis e os valores justos.

A Companhia não realiza operações de hedge, swap ou quaisquer outras operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

15. Seguros

Foi renovado, em 4 de julho de 2013, o seguro de responsabilidade civil de diretores e administradores no valor segurado de até R\$50.000. A renovação ocorreu junto a Itaú Seguros S.A., que manteve as mesmas coberturas da apólice anterior e apresentou condições comerciais mais favoráveis para a Companhia.

Ricardo Antunes Carneiro
Diretor Presidente

Antonio Borges Leal Castello Branco
Diretor Financeiro

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Manabi S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Manabi S.A. ("Companhia"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB, e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Manabi S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Manabi S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo naquela data de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board - IASB e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Ênfases

Conforme descrito na Nota Explicativa 1, a Companhia e suas controladas continuarão desenvolvendo negócios no segmento de mineração e os investimentos necessários para implementação do plano de negócios são significativos. Atualmente, a Companhia não tem atividades geradoras de caixa ou recursos suficientes para implementação do seu plano de investimentos e, dessa forma, dependerá de recursos dos acionistas ou de terceiros para implementação do seu plano de negócios. A recuperação dos valores registrados no ativo depende do sucesso das operações futuras da Companhia e de suas controladas, e a falta dos recursos necessários para implementação dos planos de negócios levantaria dúvidas significativas quanto à continuidade dos negócios da Companhia e de suas controladas. As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto de continuidade normal das operações. Os planos da Administração com relação às atividades operacionais estão também descritos na nota 1. Nossa opinião não está ressalvada em função desse assunto.

Conforme descrito na Nota 2, as demonstrações financeiras individuais foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. No caso da Manabi S.A. essas práticas diferem do IFRS, aplicável às demonstrações financeiras separadas, somente no que se refere à avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial, enquanto que para fins de IFRS seria custo ou valor justo. Nossa opinião não está ressalvada em função

desse assunto.

Outros assuntos

Informação suplementar - demonstração do valor adicionado

Examinamos, também, as demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas, e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC - 2SP 015.199/O-6-F-RJ

Wilson J. O. Moraes
Contador CRC - 1RJ 107.211/O-1

Paulo José Machado
Contador CRC - 1RJ 061.469/O-4

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

MANABI S.A.
CNPJ/MF nº 13.444.994/0001-87
NIRE nº 33.3.0029745-6

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO
CVM No. 480/2009 (parágrafo primeiro, inciso VI)

Declaramos, na qualidade de diretores da Manabi S.A., sociedade por ações com sede na Rua Humaitá, 275, andar 10 parte 1, Humaitá, CEP 22.261-005, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, que revisamos, discutimos e concordamos com as informações contidas nas demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, nos termos e para fins do parágrafo primeiro, inciso VI do artigo 25 da Instrução CVM no. 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014

Ricardo Antunes Carneiro
Diretor Presidente

Antonio Borges Leal Castello Branco
Diretor Financeiro

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

MANABI S.A.
CNPJ/MF nº 13.444.994/0001-87
NIRE nº 33.3.0029745-6

DECLARAÇÃO PARA FINS DO ARTIGO 25 DA INSTRUÇÃO
CVM No. 480/2009 (parágrafo primeiro, inciso V)

Declaramos, na qualidade de diretores da Manabi S.A., sociedade por ações com sede na Rua Humaitá, 275, andar 10 parte 1, Humaitá, CEP 22.261-005, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, que revisamos, discutimos e concordamos com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes referentes às demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013, nos termos e para fins do parágrafo primeiro, inciso V do artigo 25 da Instrução CVM no. 480, de 07 de dezembro de 2009.

Rio de Janeiro, 13 de março de 2014

Ricardo Antunes Carneiro
Diretor Presidente

Antonio Borges Leal Castello Branco
Diretor Financeiro